



SÍNTESE



OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MERCOSUL: FORMAS DE EXPRESSÃO E DE AÇÃO COLETIVA



PLATAFORMA
MERCOSUL
SOCIAL E
SOLIDÁRIO

Fotos de capa:



Marcha Mundial das Mulheres
(Facebook)



Archivo Decidamos



Fiorella Rgiuetti



Fernando Der Meguerdichian



Rodrigo Galvez

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MERCOSUL: FORMAS DE EXPRESSÃO E DE AÇÃO COLETIVA

Esse trabalho foi realizado no segundo semestre de 2019,
antes da crise sanitária gerada pelo Coronavírus.

Equipe de Análise do Movimento Social Plataforma Social e
Solidária do MERCOSUL

Mario Garcés (Chile)

María Rosa Goldar y Carlos Zagni (Argentina)

Ana Patricia Sampaio (Brasil)

Dania Pilz (Paraguai)

Ignacio Arboleya y Alvaro Moreno (Uruguai)

Elaboração da síntese: Dania Pilz (Paraguai)

www.mercosursocialsolidario.org

 Plataforma Mercosur Social y Solidario

 @MercosurSocial

 @MercosurSocial

París 1031

Asunción, febrero de 2020

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
1. MOVIMENTOS HISTÓRICOS.....	7
Movimento sindical	7
Movimento camponês	8
Movimento cooperativista	9
Movimento de moradores	10
2. ENTRE O HISTÓRICO E O NOVO	14
Movimentos feministas e de mulheres	14
Juventudes / Estudantil	16
Direitos Humanos	16
3. MOVIMENTOS NOVOS	19
Movimento ambientalista	19
Movimento indígena	20
Movimentos urbanos	20
Movimento de diversidade sexual	22
Professores	23
Movimento negro	23



INTRODUÇÃO

As organizações e movimentos sociais constituem atores que intervêm ao longo da história na realidade social e política latino-americana, no entanto, poucas vezes sua experiência e seu desenvolvimento fazem parte das análises políticas, que tendem a se concentrar nos partidos e alianças políticas, nas conjunturas eleitorais, nos programas de governo e seus respectivos oponentes. Em outros casos, a análise política se nutre dos estudos econômicos e sociais que fazem saber o estado de desenvolvimento da economia ou de indicadores de desenvolvimento social que comprometem os grupos sociais mais vulneráveis e mais desfavorecidos.


A ausência e invisibilização das práticas e projetos das organizações e movimentos sociais não apenas representam um enviesamento analítico (que prescinde ou põe os movimentos em segundo plano) como, ao mesmo tempo, representa uma forma de negação da sua autoria e de seus modos de intervir e disputar espaços, sentidos e projetos de mudança na sociedade.

Por outro lado, é verdade que as organizações e movimentos sociais estabelecem relações com os partidos, com as alianças políticas e com o Estado, mas isso não esgota sua historicidade nem os seus graus de autonomia em relação ao Estado e aos sistemas políticos.

Na nossa Plataforma MERCOSUL Social e Solidário, diversas visões sobre os movimentos sociais e as alternativas políticas vêm coexistindo, a depender das histórias dos nossos países, assim como das “culturas políticas” nacionais. As mudanças no contexto regional, nos últimos anos, assim como nossas próprias práticas que se desenvolvem em alianças e relações com os movimentos e organizações sociais, nos obrigam a repensar e enriquecer nossos olhares sobre a “realidade” e os movimentos e organizações sociais como “atores” que estão intervindo, disputando, propondo e desenvolvendo “alternativas” de mudanças sociais, culturais e políticas.

Esta perspectiva, que não é nova e alcançou importantes desenvolvimentos junto a Educação Popular, nos coloca novos desafios, que basicamente indicam produzir análises sociais e políticas, cujo ponto de partida seja a própria experiência e o protagonismo dos movimentos e organizações sociais. Isso não descarta a relação que os movimentos estabelecem com as alternativas políticas partidárias, com a economia ou com as instituições do Estado, mas coloca ênfase na própria “atuação” das organizações e dos movimentos sociais. Este é, aliás, um modo de processar o protagonismo e a historicidade dos nossos próprios povos.

Na América Latina, de um ponto de vista histórico e estrutural, o desenvolvimento de muitos movimentos sociais tende a se produzir em espaços diversos, por exemplo, rurais e urbanos. Mas, de modo muito mais amplo, desde sujeitos e identidades coletivas: trabalhadores sindicalizados, estudantes, mulheres e feminismos, juventudes, povos originários, negritude, cooperativismo, agroecologia e etc., o que é muito expressivo da heterogeneidade de nossos povos.



Os mapeamentos elaborados a partir de cada país, constataam essa diversidade e heterogeneidade, já que descrevem suas formas de organização, suas demandas, as questões identitárias implicadas, seus alcances e, assim como indica o informa da Argentina, suas “gramáticas” (movimentistas, autonomistas ou classistas). Certamente, essa noção pode se ampliar ou combinar com outras noções, como a de matrizes movimentistas (étnicas, de esquerda, clássica, autonomistas e etc.).

Pode-se reconhecer também movimentos sociais que nem sempre conseguem influenciar ou incidir sobre o Estado permanecendo em “zonas marginais” da política. Entretanto, também existem correntes ou tendências mais recentes, a partir de algumas organizações ou movimentos sociais, que recusam explicitamente atuar na institucionalidade vigente nos nossos países. Costumam se definir como correntes autonomistas e desconfiam ou não esperam nada do Estado.

Porém, ainda reconhecendo a diversidade de sujeitos coletivos implicados nos movimentos sociais e, como consequência, a centralidade que podem adquirir as questões identitárias, se superpõem entre os movimentos, aqueles de velha data – o sindicalismo, por exemplo – e aqueles que tem alcançado maior impacto recentemente: as mulheres e o feminismo, os “povos originários”, os afrodescendentes, assim como uma diversidade de expressões da juventude, presentes em toda a região.

Outros movimentos, especialmente entre os jovens, que o informe do Brasil qualifica como “novíssimo”, buscam constituir o mundo virtual e o mundo real, em espaços e formas de sociabilidade, com

suas próprias formas de expressão na música, no teatro, no cinema, etc., e que pouco esperam das estruturas políticas tradicionais, mas que tornam visível o seu desejo de “mudar”.

Nos nossos mapeamentos, os movimentos aparecem descritos um a um em sua especificidade de interesses, demandas, identidades, formas de organização, tipos de mobilização e etc. Tudo isso tende a reforçar uma observação da diversidade e da heterogeneidade.

Outro componente das análises enfoca nos modos de construção dos movimentos e de sua relação com o Estado. Na realidade, trata-se de dois problemas, que podem se relacionar, mas que podem ser abordados – ao menos analiticamente – de forma separada. Esse é um velho problema associado aos movimentos, no sentido de que, habitualmente, para se constituírem eles geram redes, articulam valores, investem emocionalmente, mobilizam recursos materiais e não-materiais e, como afirmam alguns autores, atuam no Estado ou sobre o Estado, quando o “campo de oportunidades políticas” os favorece.

Para avançar em novas formas de análise política, que levem em consideração as práticas dos movimentos sociais na Plataforma MERCOSUL Social e Solidário, nos propusemos a dar um primeiro passo e realizar um “mapeamento” dos movimentos sociais em cada um de nossos países, e complementar o conjunto de documentos produzidos com essa síntese, que apresentamos em seguida, que deriva dos informes dos países¹.

¹ Este documento foi elaborado a partir dos informes dos países que fazem parte da Plataforma Mercosul Social e Solidario – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Cabe destacar que o olhar aos movimentos implica também um olhar às principais organizações e coletivos que em cada momento histórico surgem e têm protagonismo, geralmente pelo tipo de demandas em torno a questões sociais, econômicas, políticas e o mapeamento reflete isso; o que não significa que se desconheça a existência de outros.

Nos quadros que são expostos como parte desse resumo dos informes de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, apresentamos uma síntese que cruza alguns dos critérios que predominam e que buscam mostrar essa diversidade e heterogeneidade dos movimentos sociais nos cinco países. Assim, concebe-se uma primeira classificação entre históricos-tradicionais e novos – em alguns casos “o novo” está dado pelo tipo de demanda e alianças, que se cruzam, na medida do possível, com outras variáveis: territorialização e tipos de reivindicações, identidades, sujeitos, origem.

Mario Garcés D., Historiador
Diretor da ECO, Educación y Comunicaciones



1.


MOVIMENTOS HISTÓRICOS

Movimento sindical

Entre os movimentos históricos mencionados pelos cinco países, está o sindical. Argentina, Brasil, Chile e Paraguai destacam a debilidade e a fragmentação desse movimento a partir das aberturas democráticas nesses países – finais dos anos 80, princípio dos 90, do século XX, o que significou diminuir “notavelmente a ação do movimento trabalhista como sujeito político coletivo” (Argentina). Mesmo que diferentemente do Paraguai e do Chile, na Argentina se mantenha um alto nível de sindicalização, assim como os sindicatos têm uma importante atividade em relação a seus filiados.

A exceção é o Uruguai, que não somente conseguiu sustentar uma única central trabalhista, mas que também registrou um aumento do número de sindicalizados, não sem enfrentar problemas, como aponta o informe, no que diz respeito à necessária internalização nos novos sindicalizados de uma cultura e de grandes objetivos que acompanhem as reivindicações específicas, para além de uma mera defesa corporativa.

Na década de 90, começaram as divisões internas nas centrais sindicais e os informes atestam a perda de capacidade crítica de dirigentes sindicais, aumento da distância entre demandas cotidianas de novos grupos de trabalhadores/as – Argentina e Brasil destacam a presença de jovens e mulheres – e os tradicionais, num contexto de flexibilização das relações de trabalho, sistemático deteriora-



mento das condições de trabalho, junto ao progressivo aumento do desemprego e da pobreza e, como consequência, a instabilidade empregatícia e o crescimento do trabalho informal.

As reivindicações de paridade, de denúncia da violência de gênero no interior dos sindicatos e nos lugares de trabalho constituem uma nova agenda sindical e revelam uma nova etapa no mundo sindical, tradicionalmente espaços masculinos e de trabalhadores formais, para se constituírem pontes de formalização dos excluídos e excluídas (vinculando-se ao movimento da economia popular), assim como para incorporar ferramentas da igualdade de gênero.

O Brasil, em seu informe, divide o movimento sindical em urbano e rural, com o qual também se destaca uma classe trabalhadora mais diversa. Nessa síntese, o movimento sindical rural se apresenta como parte do movimento camponês.


Embora as principais demandas do movimento continuem sendo econômicas, somam-se a elas as demandas por direitos humanos, culturais, de gênero e geracionais. De modo que, a capacidade de mobilização, apresentação de demandas e conquistas desse movimento, dependem do setor econômico e do número de trabalhadores/as sindicalizados/as junto à presença de outros atores sociais.

Movimento camponês

O movimento camponês tem uma longa história de luta pelo acesso à terra e pela defesa do território. Em países como Brasil, Chile e Paraguai, o movimento camponês alcançou um importante desenvolvimento nas décadas de 60 e 70 do século XX. Em contextos de ditadura e reivindicações por Reforma Agrária, organizações e dirigentes camponeses foram reprimidos.

Nos últimos anos, sobretudo no Paraguai, eles vem perdendo certa força por fatores como: a migração massiva de famílias camponesas diante do avanço da pobreza no âmbito rural; falta de uma política efetiva do Estado a favor da Agricultura Familiar Camponesa (AFC), que segue sofrendo uma diminuição do território; a queda de preços de produtos agrícolas e o avanço dos agronegócios.

Em todos os informes nota-se os diversos processos de resistência ao modelo do agronegócio e suas consequências e de organização em torno da produção agrária e de abastecimento de produtos para a economia popular. Como destaca o informe da Argentina: “De maneira contrária ao modelo do agronegócio, as reivindicações do movimento camponês indígena, das organizações de trabalhadores/as da terra e da agricultura familiar, visam garantir a diversidade e qualidade dos alimentos, o abastecimento de mercados locais, a existência de identidade cultural local e a proteção e uso sustentável dos bens naturais”.



Nesse sentido, cabe destacar que o informe do Uruguai faz referência ao movimento agroecológico – presente desde a década de 80 –, que nessa síntese aparece junto ao movimento camponês dos demais países. A agroecologia no Uruguai “reivindica a necessidade de proteger a natureza, fortalecer os processos ecológicos nos sistemas agrários; junto à preocupação sobre a concentração, a estrangeirização e o acesso à terra; a problemática social e econômica da Agricultura Familiar e da soberania alimentar”.


A Argentina também destaca a luta pela terra frente a empreendimentos de mineração. Brasil e Chile, destacam as organizações de mulheres dentro do movimento camponês – *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* – ANAMURI, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), organizações que, além das reivindicações que carregam enquanto movimento, levantam o protagonismo de mulheres rurais e indígenas e lutam por todos os direitos das mulheres.

Nos informes dos países, as organizações e coletivos que lutam por terra, território e políticas para as zonas rurais que objetivem garantir a diversidade e a qualidade dos alimentos, o abastecimento de mercados locais, a existência de identidade cultural local e a proteção e uso sustentável de bens naturais, aparecem como movimento **camponês, camponês-indígena, de trabalhadores/as da terra, agroecológico**, ou da **agricultura familiar**. O que, da mesma forma, mostra uma diversidade de organizações com demandas comuns e outras mais específicas.

Movimento cooperativista

Esse movimento histórico aparece apenas no informe do Uruguai, ainda que caiba destacar que no informe da Argentina, entre as organizações que representam o movimento camponês é mencionada a *Federación de Cooperativas Federadas*.

O cooperativismo no Uruguai é um ator de vasta tradição, com suas primeiras experiências no início do século passado e que, nos últimos anos, tem alcançado uma maturidade institucional, unindo as diversidades do movimento dentro da sua organização profissional de terceiro grau Cudecoop (*Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas*), que reúne as diferentes classes de cooperativas (Trabalho, Consumo, Agrárias, Habitação, Poupança e crédito, Seguros), essa composição levanta uma complexa heterogeneidade do movimento (de interesses ideológicos, políticos, etc.), que participa de várias frentes, desde mobilizações populares em favor de terras para habitação, até temáticas vinculadas a competitividade das cooperativas com outras formas empresariais que fazem parte da agenda de outras modalidades (cooperativas de trabalho, cooperativas agrárias, cooperativas de consumo ou de poupança e crédito).



O movimento se consolidou como um ator influente em diferentes políticas públicas, principalmente desde 2008 com a aprovação da Lei 19.407 (*Ley de Cooperativas*), que consagra uma das reivindicações de mais longa data do *Movimiento Cooperativo Nacional*, a criação do *Instituto Nacional del Cooperativismo*, pessoa jurídica de direito público não-estatal, integrada por representantes do Poder Executivo como também por representantes designados pelo próprio movimento cooperativo.

Movimento de moradores

O movimento de moradores está presente em todos os informes, que nessa síntese são apresentados como “novos”, exceto pelo caso do Chile, que em seu informe os classifica como movimento histórico. No Chile, os moradores (*pobladores*) alcançaram um alto protagonismo na luta pela moradia e pela criação dos bairros populares entre os anos cinquenta e sessenta. Na ditadura, foram os mais ativos, tanto na multiplicação de experiências de solidariedade como nos protestos sociais dos anos oitenta. No entanto, não conseguiram recriar suficientes horizontes políticos compartilhados e a transição à democracia vedou os processos de aprendizado político – no sentido da classe, do território e da vida comunitária – que poderiam ter contribuído com a democratização da vida social dos bairros populares e dos governos locais.


Ainda assim, surgiram nos anos 2000 diversas associações setoriais que reivindicam o direito à moradia nos tempos atuais, que têm como foco a luta pela autogestão imobiliária diante da falta de políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna para setores vulneráveis.

MOVIMIENTOS HISTÓRICOS

	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
MOVIMIENTO SINDICAL	<ul style="list-style-type: none"> – Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT) – Central de Trabajadores de la Argentina (CTA) – CTA Autónoma – CTA de los Argentinos – Corriente Federal de los Trabajadores 	<ul style="list-style-type: none"> – Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) – Força Sindical – Nova Central Sindical dos Trabalhadores – (NCST) – Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS) – Intersindical – União Geral dos Trabalhadores (UGT) – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) – Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) 		<ul style="list-style-type: none"> – Confederación Paraguaya de Trabajadores (CPT) – Central Unitaria de Trabajadores (CUT) – Central Nacional de Trabajadores (CNT) – Central Unitaria de Trabajadores Auténtica (CUT-A) – Central Nacional de Trabajadores Legítima (CNT-L) – Central General de Trabajadores (CGT) – Central Sindical de Trabajadores del Paraguay (Cesitp) – Confederación de la Clase Trabajadora (CCT) – Confederación Nacional de Trabajadores (Conat) – Central Cristiana de Trabajadores (CCT) 	<ul style="list-style-type: none"> – Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT)

	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
MOVIMIENTO CAMPONÉS / RURAL	<ul style="list-style-type: none"> – Movimiento Agrario Misionero (MAM) – Movimiento Campesino de Santiago del Estero (Mocase) – Red Puna (Jujuy) – Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) – Unión de Trabajadores Rurales sin Tierra (UST) (Mendoza) – Encuentro Calchaquí (Salta) – Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) – Asociación de Ferias y Mercados Populares. – Corriente Agraria Nacional y Popular. – Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT) 	<ul style="list-style-type: none"> – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – Via Campesina Brasil – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF-BRASIL/CUT) – Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) 	<ul style="list-style-type: none"> – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Anamuri) 	<ul style="list-style-type: none"> – Federación Nacional Campesina (FNC) – Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) – Organización de Lucha por la Tierra (OLT) – Coordinadora de Trabajadores Campesinos y Urbanos (CTCU) – Coordinadora de Organizaciones Campesinas e Indígenas del Paraguay (COCIP) – Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) – Organización Campesina Regional de Concepción (OCRC) – Coordinadora de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas (Conamuri) – Coordinadora de Organizaciones Sociales de Repatriación (Cosor) – Asociación de Mujeres Campesinas y Populares de Caaguazú (Amucap-C). 	<ul style="list-style-type: none"> – Comisión Nacional de Fomento Rural – Red de Agroecología del Uruguay – Red Nacional de Semillas Nativas y Criollas – Red de Grupos de Mujeres Rurales – Red de Huertas Comunitarias del Uruguay

	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
MOVIMENTO COOPERATIVISTA	<ul style="list-style-type: none"> – Federación de Cooperativas Federadas 				<ul style="list-style-type: none"> – Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas (Cudecoop) – Federación Uruguaya de Cooperativistas de Vivienda por Ayuda Mutua (Fucvam) – Federación de Cooperativas de Vivienda de Usuarios por Ahorro Previo (Fecovi) – Federación de Cooperativas de Viviendas Sindicales (Fecovisi) – Federación de Cooperativas de Producción – Federación de Cooperativas de Consumo – Cooperativas Agrarias Federadas
MOVIMENTO MORADORES			<ul style="list-style-type: none"> – Movimiento de Pobladores en Lucha – UKAMAU – Frente de Resistencias Urbanas (FRU) 		




2. ENTRE O HISTÓRICO E O NOVO

Como aponta o informe do Chile, a ideia de novos é uma opção discutível, já que os atuais movimentos sociais são portadores de continuidades, mas também de suas próprias inovações, muito no que diz respeito aos atores envolvidos, seus enfoques, repertórios de ação e propósitos. Contudo, a distinção nos permite não somente evidenciar a maior diversificação da ação coletiva e de demandas, como também identificar melhor os novos sujeitos sociais em movimento.

Nessa síntese apresentamos, por um lado, um grupo de movimentos que se poderia classificar entre históricos e novos, dada a sua participação na história dos países com demandas que vêm dos séculos e décadas anteriores, mas que na atualidade têm se reconfigurado a partir dos novos sujeitos, identidades e reivindicações.

Movimentos feministas e de mulheres

O movimento feminista nesses países tem uma longa história na qual as mulheres foram construindo mediante uma série de ações, conquistas políticas, econômicas, culturais e leis que garantem a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Nos últimos anos, conseguiram instaurar no debate público questões antes consideradas do âmbito privado.



Os informes dos países mostram distintos *feminismos* e identificam uma pluralidade de organizações e coletivos que, como indicam os informes da Argentina e do Brasil, lutam pelo reconhecimento das diversidades (de identidades, sexuais, de gênero, racial), de dissidências em relação à heteronormatividade e ao sexismo binário e o questionamento da maternidade como uma obrigação e vão visibilizando as múltiplas discriminações com as quais vivem as mulheres.

No Brasil, o movimento é formado por associações e coletivos diversos e não existe uma separação entre um movimento de mulheres e um movimento feminista que, com frequência, atuam de maneira coordenada, fazendo uso de grandes “marchas” como ferramenta de pressão e visibilidade de suas demandas.

Os informes também permitem ver como alguns temas conseguem uma articulação ampla com a participação de coletivos e organizações diversas, ao mesmo tempo em que outros buscam instaurar demandas mais específicas. Como é exposto no informe do Brasil, marchas de mulheres camponesas, indígenas, negras, que buscam colocar em debate as distintas problemáticas e formas de violência que sofrem as mulheres nos âmbitos políticos, sociais, econômicos e culturais. Ou as estudantes protestando contra o abuso e o assédio sexual e exigindo protocolos que coloquem fim a essas práticas nos centros de educação superior (Chile, Paraguai).


Dentro do movimento feminista / de mulheres, convivem diversas associações e iniciativas, algumas de caráter mais permanentes e outras mais episódicas. Como evidencia o informe do Chile “nessa nova ‘onda feminista’ foram reconsideradas novas perspectivas e

enfoques, que enriquecem o feminismo com temáticas relativas ao gênero, ao corpo, às identidades sexuais, à despatriarcalização, à interseccionalidade (o impacto de diversas dominações ou o cruzamento de múltiplas discriminações) assim como também em relação à política de evidentes traços patriarcais”.

Atualmente, em todos os países, o movimento feminista conduz uma campanha contra a violência e o feminicídio, alcançando a sanção de leis para prevenir e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres. A exceção do Paraguai, nos demais países esse movimento instalou o debate pela legalização do aborto.

O informe da Argentina destaca que o “*Ni una Menos*” instala-se como marco histórico das lutas, interligando a diversidade de mulheres, organizações, jovens, estudantes, trans, travestis. Constitui uma reivindicação coletiva, um exercício de cidadania mundial, na reivindicação do direito das mulheres a vidas livres de violência machista. Atualmente, o “*Nem Uma a Menos*” mobiliza milhares de mulheres e organizações, principalmente, no 8 de março (8M) em todos os países.

A Argentina é o único país da região onde anualmente e há mais de 32 anos é celebrado um *Encuentro Nacional de Mujeres*. Trata-se de um espaço de discussão onde se reúnem mulheres autoconvocadas – cada vez em maior número – para discutir suas problemáticas em forma de assembleia. O lenço verde que hoje é pendurado em bolsas, pescoços e pulsos foi visto pela primeira vez no Encontro de Mulheres realizado na cidade de Rosário em 2003. O lenço triangular que identifica a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro (*Ola Verde*) tem a mesma forma que o símbolo



branco utilizado pelas Mães da Praça de Maio, que usavam o lenço em suas cabeças durante as vigílias em protesto pela aparição com vida de seus filhos sequestrados clandestinamente, durante a última ditadura militar. A Campanha adaptou o lenço e o ressignificou: os direitos das mulheres são parte dos direitos humanos.

O informe do Uruguai ressalta que as conquistas da chamada nova agenda de direitos (legalização do aborto, casamento igualitário, consumo de maconha, legislação para pessoas trans, etc.) encontram apoio fundamental dentro desse movimento.

Juventudes / Estudantil

Como aponta o informe do Chile, o movimento estudantil foi um ator que protagonizou mobilizações com demandas educativas, mas também políticas, sobretudo durante as ditaduras. Em vários momentos históricos, se aliou a outros movimentos, como de trabalhadores (Chile, Paraguai) e camponeses (Paraguai).

Da mesma forma que os demais movimentos, o juvenil / estudantil está conformado por grupos diversos, com demandas e formas de ação também variadas.

O informe do Brasil destaca que os/as jovens hoje fazem parte das principais mobilizações populares, como coletivos, movimentos, comunidades virtuais. Caracterizam-se por não serem grupos institucionalizados e geralmente reivindicam demandas pragmáticas e imediatas. Essas juventudes produziram novas formas de participar e estão reconfigurando a noção de esfera pública/espço público através de sua atuação nas redes sociais.

Os informes do Chile e do Paraguai demonstram ações de estudantes universitários e secundaristas, que reivindicam uma educação de qualidade para todos e todas, maior investimento em educação e que também se levantaram diante de casos de corrupção no sistema educativo.

É importante destacar que uma característica desse movimento é a descontinuidade de sua atuação e a rotatividade de seus integrantes.

Direitos Humanos

O movimento de Direitos Humanos tem na Argentina uma longa e frutífera trajetória, que o constitui num dos pilares de processos histórico de grande transcendência. Uma das organizações emblemáticas são as Mães e Avós da Praça de Maio.

Os informes da Argentina, Chile e Uruguai descrevem o movimento de Direitos Humanos, muito vinculado aos processos de memória, verdade e justiça nos países, relacionado com assassinatos

e desaparecimento durante as ditaduras. O informe da Argentina também faz referência a novos coletivos e organizações que vêm denunciando a criminalização de protestos sociais ou ampliam sua atuação ante aos retrocessos sofridos em matéria de Direitos Humanos, destacando que “apesar das dificuldades de sustentação e à extrema criminalização, as organizações sociais encaram processos de resistência de mão dadas a conjuntos de militantes, aqueles com maiores possibilidades de enfrentar a investida seja pela identidade política construída, pelas condições socioeconômicas ou pelas complexas e diversas vinculações com a organização comum”.



ENTRE O HISTÓRICO E O NOVO

	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
MOVIMENTO MULHERES / FEMINISTAS	<ul style="list-style-type: none"> – Ni Una Menos – Campaña Nacional por el derecho al aborto legal y seguro (Ola Verde) 	<ul style="list-style-type: none"> – Marcha Mundial das Mulheres (MMM) – Marcha das Vadias – Marcha das Margaridas – Marcha das Mulheres Indígenas – Marcha das Mulheres Negras – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) 	<ul style="list-style-type: none"> – La Red Chilena en contra de la Violencia hacia las Mujeres – Ni Una Menos – Coordinadora 8M 	<ul style="list-style-type: none"> – Coordinadora de Mujeres del Paraguay (CMP) – Coordinadora de Mujeres Campesinas, Rurales indígenas (Conamuri) – Asociación de Mujeres Campesinas y Populares de Caaguazú Amucap-C – Plataforma Universitaria Feminista (PUF) – Las Ramonas – La feroz colectiva 	<ul style="list-style-type: none"> – Intersocial Feminista – Coordinadora de Feminismos del Uruguay
MOVIMENTO JUVENTUDES / ESTUDANTIL		<ul style="list-style-type: none"> – União Nacional dos Estudantes UNE – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas UBES – Movimento Passe Livre MPL – Levante Popular da Juventude 	<ul style="list-style-type: none"> – Movimiento por una educación pública, gratuita y de calidad – El Mochilazo – Revolución Pinguina 	<ul style="list-style-type: none"> – Federación Nacional de Estudiantes Secundarios (Fenaes) – Organización Nacional Estudiantil (ONE) – Frente Estudiantil por la Educación – UNA no se calla – Red de Consejos Locales de Juventud - Red Eredate – Unión Nacional de Centros de Estudiantes del Paraguay (Unepy) 	<ul style="list-style-type: none"> – Coordinadora de Estudiantes
MOVIMENTO DIREITOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> – Liga Argentina por los Derechos del Hombre (LADH) – Madres y Abuelas de Plaza de Mayo – Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio (HIJOS) – Familiares de Detenidos Desaparecidos – Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos – Agrupación Historias Desobedientes 		<ul style="list-style-type: none"> – Agrupaciones de Familiares de Detenidos Desaparecidos y de Ejecutados Políticos – Sitios de Memoria 		<ul style="list-style-type: none"> – Familiares, Hijos de desaparecidos – La Marcha del Silencio – Movimiento por Ley Trans

3. MOVIMENTOS NOVOS

Movimento ambientalista

Os informes coincidem ao apontar que o movimento ambientalista tem numerosas expressões organizativas, caráter reivindicatório diversificado e variados repertórios de luta. Em alguns países têm maior presença, em outros, como o Paraguai, sua aparição no cenário é mais esporádica e se vincula com acontecimentos pontuais. No Chile e no Brasil, os movimentos socioambientais começaram a surgir na ditadura e foram sendo reforçados na mesma medida em que o modelo extrativista e o agronegócio colocaram em evidência os danos ao meio ambiente e a diversas comunidades locais.

Em todos os informes se faz referência a organizações que realizam ações em defesa do meio ambiente e do direito a consumir alimentos saudáveis, sobretudo que lutam contra os agrotóxicos no contexto da expansão da fronteira agrícola com o modelo dos agronegócios. Estas resistências em alguns casos coincidem com as lutas dos povos e organizações indígenas em sua luta pelo direito à terra e à água, como também com organizações do movimento camponês e da agricultura familiar.

Argentina, Chile e Uruguai ressaltam a crítica ao extrativismo, que sustentam e levantam os movimentos socioambientais. Trata-se de efeitos diretos sobre a natureza (exploração, expropriação, maus tratos, dano ambiental) e sobre as comunidades locais que veem secarem-se os rios, serem contaminação as águas e intoxicado o ar que respiram.



Movimento indígena

Três países mencionam a população indígena, mas somente no informe da Argentina a apresentam enquanto movimento. No informe do Brasil, essa população aparece referenciada como parte de outros movimento e no do Chile, trata-se de uma população histórica, agrupada em comunidades, que ocupam territórios que fazem parte tanto desse país como da Argentina.

Na Argentina, o movimento indígena assume caráter diverso a depender das zonas do país e das capacidades, tradições, organizações etc., dos distintos povos. Todos os povos têm uma série de reivindicações comuns: o direito a sua língua, e por isso à educação intercultural bilíngue – reconhecida na Lei de Educação Nacional – foi uma de suas conquistas. Suas formas organizativas, suas reivindicações e sua capacidade de demanda e de luta, assim como sua integração com outros movimentos (por exemplo com expressões do movimento camponês) variam segundo as regiões e seus povos de pertencimento. Não existe uma consolidação de uma articulação organizativa que seja representativa do conjunto e, nos distintos momentos históricos, as relações com os governos nacional e das províncias assumem caráter muito diverso.

No informe do Brasil, não se apresenta uma parte específica para o movimento indígena, no entanto, como parte de outros movimentos cabe destacar a presença da Marcha da Mulheres Indígenas


(movimento de mulheres) que mobilizou em 2019 mulheres de mais de 130 povos indígenas do Brasil e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que aglutina e é referência do movimento indígena do Brasil e tem, entre seus objetivos, unificar a luta dos povos indígenas.

No Chile, o movimento Mapuche, tem um importante protagonismo a partir de suas demandas como “povos-nação” e desde 1997, numa fase mais diversificada e radicalizada de suas lutas: recuperações de terra, ataques a fundos privados e empresas florestais, ações que foram respondidas pelo Estado mediante repressão, a militarização da Região de Araucanía, a aplicação da Lei Antiterrorista e, em termos mais amplos, a criminalização das mobilizações, o encarceramento de dirigentes e autoridades ancestrais mapuches e a morte de alguns deles, que alcançaram grande visibilidade pública.

Movimentos urbanos

Um movimento heterogêneo, que tem como principal cenário de ação a cidade, que dentro dos informes aparece referenciado de distintas maneiras e como parte de outros movimentos.

No informe da Argentina, não aparece explicitamente como movimento urbano, mas como **movimento de economia popular**, vinculado às mudanças nas formas de trabalho, em suas dimen-



sões contratuais e organizativas. Os empreendimentos enfrentados pelos movimentos de trabalhadores de empresas recuperadas, organizações de desocupados, organizações territoriais, assembleias de bairro e outras, inscrevem-se no que se tende a denominar “economia social”. Os movimentos sociais da economia popular se orientam visando a construção de redes de economia alternativa que os possibilitem consolidar seu desenvolvimento, partindo das necessidades próprias e impulsionando a geração de atividades no marco de uma nova economia social. Tem entre seus antecedentes o **movimento de desocupados/piqueteiros** que começaram a desenvolver ações de alcance mais vasto no seio das comunidades nas quais estão instaurados territorialmente.

Da mesma forma, o informe da Argentina destaca que, os/as trabalhadores/as de empresas recuperadas são vistos como um movimento que engloba diversas correntes, atores e organizações que se consolidaram e renovaram a partir do colapso institucional de dezembro de 2001.

O informe do Brasil, divide o movimento social urbano em sindical – que nessa síntese é apresentado como parte do movimento histórico dos países – e pela luta por moradia, que se agrupa em várias organizações que demandam principalmente políticas públicas para as famílias sem teto, reforma urbana, direito a moradia digna e direito à cidade. Também o informe do Paraguai indica que o movimento urbano é conformado por diferentes tipos de organizações que têm reivindicações vinculadas ao direito de viver na cidade, ainda que com presença descontínua.

O informe do Chile destaca os grupos “*No + AFP*” - *Asociaciones de Fondos de Pensiones* – um movimento cidadão que surge em 2013, convocando a massivas marchas demandando o retorno a um “sistema de divisão solidário” e o fim do sistema de pensões atual, organizado a partir da capitalização individual e administrado por empresas privadas.

No Paraguai, aparece o “*Movimiento de ciudadanos autoconvocados*”, que através de uma série de ações conquistou a imputação de algumas autoridades e a renúncia de senadores e deputados. O movimento se caracteriza pela participação de distintos setores e grupos da sociedade que representam a “cidadania indignada”.

No Uruguai, o movimento pela cidade conseguiu modificar os rumos de políticas urbanas ou de investimentos em setores da cidade, em alguns casos, enquanto movimento autoconvocado. O informe também faz menção ao movimento “*No a la Reforma*”, articulação nacional composta por pessoas, organizações e coletivos para evitar que a reforma constitucional impulsionada pela campanha *Vivir sin Miedo* seja aprovada. Este movimento tem antecedente no movimento pelo “*No a la Baja*”, que alcançou o veto à aprovação da diminuição da idade penal colocada em votação em 2014 e que contou com forte influência jovem.



Movimento de diversidade sexual

O movimento de diversidade sexual, movimento / coletivo LGBTIQ aparece mencionado em todos os informes, ainda que apenas Brasil e Paraguai reservem um espaço enquanto movimento dentro de seus informes. Ao mesmo tempo, como movimento ou coletivo, aparece referenciado nos informes da Argentina e do Chile dentro do movimento de mulheres / feministas o que, cabe destacar, também se vê nos informes do Brasil, Paraguai, Uruguai. Além disso, no informe do Brasil aparece mencionado dentro do movimento negro. Enquanto que o Uruguai destaca o movimento pela Lei trans.

No informe da Argentina, destaca-se que o processo de ampliação de direitos e da cidadania feminina e do coletivo LGBTIQ se identifica como uma das mudanças mais notórias no país e “ao rugido da maré verde, se somam outras reivindicações e convergem outros movimentos como o chamado das dissidências”. A sigla LGBTTIQ contém em seu seio uma grande heterogeneidade de grupos, coletivos e organizações que reivindicam seu direito a SER. Logo da conquista da Lei do Casamento Igualitário, a Lei de Igualdade de Gênero instituiu um marco para as reivindicações desses movimentos. Entre elas, destacamos dois de caráter muito diverso, mas que colocam em evidência organizações e movimentos que conectam essas lutas: uma delas é a separação da Igreja do Estado. A outra é a dos postos de trabalho para trans.

No Brasil, as principais pautas dos movimentos sociais LGBTs dentro do contexto político e social fazem referência à criminalização da homo-lesbo-bi-transfobia, reconhecimento do gênero através da inclusão do nome social, despatologização das identidades trans, fim da *cura gay*, casamento civil igualitário, laicidade do Estado e o fim da influência da religião na política, leis e políticas públicas que garantam a não-discriminação em lugares públicos, como escolas e empresas e fim dos estereótipos da comunidade LGBTI nos meios de comunicação.

No informe do Paraguai é mencionado que diversas organizações e coletivos dão continuidade a uma luta para conseguir maior igualdade de direitos, lutar contra a homofobia e todo tipo de discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero. Atualmente, o conjunto de organizações representam toda a diversidade sexual – trabalhadoras do sexo, travestis, transexuais e transgênero; lésbicas, gays – que, além de expor denúncias em torno da violação dos direitos humanos das pessoas LGBTI, se organizam para propor demandas de políticas públicas e o cumprimento das normativas vigentes.

O *Movimiento por la Ley Trans*, referenciado no informe do Uruguai, surge em defesa da Lei Integral para Pessoas Trans, diante da consulta colocada de pró-referendum para sua revogação, impulsionada por parte de setores conservadores vinculados a igrejas evangélicas, liderado por integrantes do Partido Nacional. Esse movimento se organizou sob a “*Campaña Nacional Ley Integral para Personas Trans*”.



Professores

Esse movimento aparece apenas no informe do Chile, ocupando um lugar devido a seu protagonismo como ator coletivo. Os professores têm sido um setor de trabalhadores que protagonizou diversas mobilizações nos últimos anos, a propósito da radical precarização que viveram na ditadura e contra os efeitos do deterioramento da educação pública. Desde a “rebelião das bases” em 2014, entrou em uma fase mais intensa de confrontação com os governos. Lutas contra a precarização implicaram a municipalização, contra sucessivas demissões de professores em Santiago e em províncias culminaram em 2019 numa prolongada greve de 7 semanas de duração que reivindicou uma robusta agenda de mudanças no Ministério da Educação.

Movimento negro

Outro movimento que aparece apenas no informe de um país é o negro, estreitamente vinculado à história e identidade do mesmo. O Brasil tem uma presença importante da população negra que, historicamente, vem reivindicando direitos. Nesse sentido, o Movimento Negro é uma forma de sintetizar todas as reivindicações ao longo da história pelos direitos da população negra no Brasil. O movimento é considerado plural, com reivindicações progres-

sistas que buscam combater o racismo, mas também situa temas do feminismo, LGBTI+ e de tolerância religiosa, a característica que permanece é o discurso da denúncia explícita, contundente e recorrente do racismo como algo que não só existe, mas também que atua na sociedade brasileira e é uma dívida histórica de mais de 300 anos de escravidão e exclusão social. O movimento também se caracteriza por uma diversidade de coletivos.

MOVIMENTOS NOVOS

MOVIMENTO	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Ambientalistas	<ul style="list-style-type: none"> – Unión de Asambleas Ciudadanas 	<ul style="list-style-type: none"> – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) 	<ul style="list-style-type: none"> – Cabildo Abierto Quintero-Pichuncaví – Movimiento por el Agua y los Territorios MAT 	<ul style="list-style-type: none"> – La Red Agroecológica – Mercadito Campesino – Plataforma Ñamoseke Monsanto 	<ul style="list-style-type: none"> – Movimiento UMP 2 NO
Indígenas	<ul style="list-style-type: none"> – No hay una consolidación de una articulación organizativa que sea representativa del conjunto. 	<ul style="list-style-type: none"> – Marcha das Mulheres Indígenas – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) – Conselho do Povo Terena – Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSU-DESTE) – Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL) – Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU) – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) – Comissão Guarani Yvyrupa. 	<ul style="list-style-type: none"> – Consejo de Todas las Tierras – Coordinadora Arauco Malleco (CAM) 		

MOVIMIENTO	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Urbanos Desocupados / Piqueteros	<ul style="list-style-type: none"> – Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP). – Trabajadores/as de empresas recuperadas – Organizaciones de desocupados 	<ul style="list-style-type: none"> – Central dos Movimentos Populares (CMP) – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) – Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNL) – Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) – União Nacional por Moradia Popular (UNMP) – Frente Povo Sem Medo (FPSM) – Frente Brasil Popular (FBP) 	<ul style="list-style-type: none"> – No + AFP 	<ul style="list-style-type: none"> – Coordinadora General de Organizaciones Sociales y Comunitarias de los Bañados de Asunción Cobañados – Movimiento de ciudadanos autoconvocados 	<ul style="list-style-type: none"> – Asamblea permanente por la Rambla Sur – Comisión Plaza Uno – NO a la Baja – NO a la Reforma
Diversidad		<ul style="list-style-type: none"> – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) – Associação Brasileira de Lésbicas (ABL) – Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) – Associação Nacional de Travestis Antra – Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) – Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) – Rede Afro LGBT 		<ul style="list-style-type: none"> – Grupo de Acción Gay Lésbico GAG-L – Escalando, Asociación de mujeres trans trabajadoras sexuales – Panambí, Asociación de travestis, transexuales y transgénero del Paraguay – Aireana, grupo por los derechos de las lesbianas – La Mansión 108 – SOMOSGAY – LESVOS, organización de mujeres lesbianas – Federación LGBT Paraguaya – Comunidad de Homosexuales del Paraguay CHOPA 	<ul style="list-style-type: none"> – Movimiento por Ley Trans



MOVIMENTO	ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Profesores			– Trabajadores/as de la educación		
Negro		<ul style="list-style-type: none"> – Movimento Negro Unificado (MNU) – União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro) – Coalizão Negra por Direitos. – Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB). 			

OS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO MERCOSUL:
FORMAS DE EXPRESSÃO
E DE AÇÃO COLETIVA



www.mercosursocialsolidario.org

 Plataforma Mercosur Social y Solidario

 @MercosurSocial

 @MercosurSocial